

LITERATURA E FEMINISMO: REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE DAS
MULHERES EM ALINA PAIM

Iracélli da Cruz Alves
Doutoranda em História (UFF)
iracelli_alves@yahoo.com.br

Resumo: O texto analisa como Alina Paim idealizou a liberdade das mulheres no romance *A Sombra do Patriarca*, publicado em 1950 pela editora *O Globo*, cuja narrativa se concentra nas experiências de Raquel. A protagonista (narradora) do romance é uma jovem mulher de 25 anos que se deslocou da cidade para a zona rural do interior de Sergipe para passar as férias na fazenda do seu tio, um latifundiário, dono de uma usina de açúcar que governava de forma autoritária toda a comunidade que lhe cercava. A narradora nos apresenta uma realidade profundamente desigual no Nordeste, onde uns poucos usufruem de riqueza, conforto e poder, enquanto uma maioria trabalha e vive de forma miserável para manter os privilégios dos poderosos. Ela se opõe de forma contundente a este modelo de sociedade, apresentando o universo que idealizava, qual seja, o comunista, onde as mulheres estariam livres. Tomando como referência a narrativa ficcional, nossa intenção é evidenciar como a autora, à época filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), idealizou a liberdade das mulheres e, em que medida, suas interpretações se relacionam tanto com as elaborações dos movimentos feministas do período, quanto com leituras do PCB. A finalidade é demonstrar, através das janelas abertas pelo romance, parte do debate feminista travado no tempo da escrita, qual seja, final da década de 1940.

Palavras-chave: Alina Paim; Feminismo; PCB; Literatura.

1. Introdução

Em 1950 a *Editora Globo* lançou *A sombra do Patriarca*. O romance narra as experiências de Raquel, uma jovem mulher de 25 anos que se deslocou da cidade para a zona rural do interior de Sergipe para passar as férias na fazenda do seu tio Ramiro, um latifundiário, dono de uma usina de açúcar e de toda a comunidade que lhe cercava. O patriarca era um homem rico, autoritário e rude, que controlava tudo e todos, deixando um rastro de destruição por onde passava. Seu lema era: “o dinheiro é a alavanca do mundo” (PAIM, 1950, p. 95); assim ele agia, valorizando sua propriedade em detrimento de pessoas

Todos que viviam sob sua rédea, inclusive sua família, perdiam o direito de governar suas próprias vidas. “O poder do tio Ramiro se estendia até muito longe, e sua sombra, como a sombra de um patriarca, abrangia muitas vidas” (PAIM, 1950, p. 15);

“descia como um manto de opressão sobre os homens” (PAIM, 1950, p. 32), “alongando-se pelas terras, extinguindo a felicidade em volta dele, porque seu dinheiro onde passava ia semeando maldição” (PAIM, 1950, p. 16). Assim, “uma vítima juntava-se a outra, e o grupo silencioso marchava à sombra desse homem, [...] o coronel Ramiro da Usina Fortaleza – o patriarca” (PAIM, 1950, p. 175).

A história contada por Alina Paim reflete, com todas as distorções que o reflexo pode produzir, as misérias vividas pelos trabalhadores pobres do interior do Nordeste, submetidos ao poder dos grandes latifundiários, que na narrativa são denominados de patriarcas. Além disso, denuncia o sistema cultural de sujeição das mulheres que limitava seus espaços de sociabilidade. As mulheres das camadas médias, ideologicamente, tinham seus espaços restringidos às esferas do lar. O romance também denuncia o racismo, descrito como herança de uma escravidão recentemente abolida. Além dessas representações, a narrativa nos aproxima da leitura de mundo e das expectativas de uma mulher comunista, especialmente quando ressalta o lugar de subalternidade relegado ao feminino.

Neste sentido, nosso objetivo é analisar como Alina Paim idealizou a liberdade das mulheres no romance, evidenciando como ela levou para a narrativa ficcional os valores e visões de mundo dos grupos com os quais ela dialogava. Analisaremos, em que medida, suas interpretações se relacionam tanto com as elaborações dos movimentos feministas do período, quanto com as leituras de mundo do PCB, especialmente no que diz respeito ao debate sobre a liberdade das mulheres. Portanto, a finalidade principal é demonstrar, através das janelas abertas pelo romance, parte do debate feminista travado no tempo da escrita, qual seja, final da década de 1940.

2. Alina Paim: breve nota biográfica

Mas antes de mergulharmos na obra, precisamos conhecer um pouco quem foi a autora. Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Andrade Leite – Leite Paim após o casamento – nasceu em 1919. Aos sete anos de idade sofreu seu primeiro grande trauma: o falecimento da mãe. O fato contribuiu para mudanças significativas em sua vida. Seu pai trabalhava viajando e ela teve de mudar de cidade para morar com a família materna (avós

e tias) na cidade de Simão Dias, também localizada no interior de Sergipe. Em Simão Dias fez os estudos preliminares na Escola Menino Jesus e no Grupo Escolar Fausto Cardoso, ambos de orientação católica. Aos 12 anos se mudou para Salvador para estudar, como aluna interna, no Colégio Nossa Senhora da Soledade, instituição de freiras de onde saiu formada professora primária em 1937 (ALVES, 2015).

Além do magistério, se dedicou à política, à imprensa e à literatura, imbricando-as. Na política institucional filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945; no ano seguinte foi homenageada pelo partido, recebendo o *Carnet* de membro do PCB (*Tribuna Popular*, 21/04/1946, p. 1). Fez parte da célula Estivador Santana e foi membro do Departamento Feminino do Comitê Democrático Botafogo-Lagoa (Recrutamento para o Partido Comunista do Brasil, série comunismo, notação 2-A, maço 03, p. 104). Foi colaboradora do jornal *Momento Feminino*, onde publicou alguns contos e escreveu artigos na seção de Puericultura¹. Também se arriscou a escrever artigos jornalísticos. Mas sua dedicação maior foi à Literatura. Ao longo de sua carreira literária publicou oito romances e cinco livros infantis.² Além das publicações, entre 1945 e 1956, a convite de Fernando Tude de Souza, diretor da Rádio do Ministério da Educação e Cultura, escreveu para o programa infantil *No reino da Alegria*, dirigido por Geni Marcondes.

Alina Paim tinha inserção nos meios literários. Suas obras mobilizaram a crítica quando publicadas, dividindo opiniões. Os críticos ligados ao PCB geralmente não poupavam elogios, os demais costumavam fazer ressalvas, criticando especialmente o “viés ideológico” de suas narrativas.³ Além disso, entre 1947 e 1948 ocupou o cargo de segunda-secretária da Associação Brasileira de Escritores (ABE) (*Tribuna Popular*,

¹ Entre os contos publicados encontramos: Conto de Alina Paim (*Momento Feminino*, 01/08/1947); A Casa (*Momento Feminino*, 01/05/1950, p. 4). A outra lição (*Momento Feminino*, 02/1951, 4).

² Romances: *Estrada da Liberdade* (1944); *Simão Dias* (1949); *A Sombra do Patriarca* (1950); *A Hora Próxima* (1955); *Sol do Meio Dia* (1961); Trilogia de Catarina (1965): *O Sino e a Rosa*; *A chave do mundo e O Círculo*; *A Correnteza* (1979) e *A Sétima Vez* (1994). Livros infantis: *O lenço encantado* (1962); *A casa da coruja verde* (1962); *Luzbela vestida de cigana* (1963); *Flocos de algodão* (1966) e o *Chapéu do professor* (1966).

³ Aqui, foge ao nosso objetivo analisar as críticas mais detidamente. As críticas foram consultadas tanto nos jornais do PCB quanto na imprensa de grande circulação, bem como jornais e revistas especializados em literatura.

23/03/1947, p. 1). No contexto, a ABE era composta majoritariamente por intelectuais ligados ou simpáticos ao PCB.

Seu engajamento político-literário lhe rendeu alguns inconvenientes. Em 1951, a autora viajou para Cruzeiro, em Minas Gerais, onde estava ocorrendo uma greve de ferroviários protagonizada por mulheres. A autora foi conhecer de perto a realidade da greve para escrever um livro, atendendo às solicitações do partido. Segundo Dênis de Moraes (1994), na década de 1950 o PCB determinou aos seus ficcionistas que se concentrassem em temas que elevassem o cotidiano das “massas oprimidas”. Partindo deste princípio, “solicitou” aos intelectuais do partido que escrevessem romances alinhados ao realismo socialista. *A Hora Próxima*, publicado em 1955, foi fruto dessas “recomendações”. Para escrever o livro, Alina Paim documentou em campo a greve dos ferroviários da Rede Mineira de Viação (MORAES, 1994). Como consequência, foi processada pelo estado de Minas Gerais e chegou a receber um mandado de prisão expedido pelo juiz da região (*Momento Feminino*, 04/1951, p. 7; *Voz Operária*, 07/04/1951, p. 3).

Apesar dessa intensa atividade ao longo do século XX, hoje Alina Paim anda meio esquecida. Seus livros circulam apenas em restritos campos acadêmicos, mesmo assim sem provocar grandes interesses. Os exemplares que sobreviveram às traças e ao tempo são vendidos em sebos a preços altos, pois são raros. Diferente dos seus contemporâneos e amigos, como Jorge Amado e Graciliano Ramos, seus romances não foram editados e reeditados, atingindo grande público. Mas na época em que circularam, ao que parece, não caíram no ostracismo. Portanto, fica a interrogação: por que o esquecimento (ou silêncio)? Por que não há nenhum sinal de comemoração do seu centenário que aconteceria neste ano de 2019? Por que sua morte não foi noticiada nos jornais e não mobilizou homenagens expressivas?

O fato é que na manhã do dia 28 de fevereiro de 2011⁴ o Brasil perdia uma importante escritora da literatura nacional – quiçá internacional. Alina Paim se despedia

⁴ Na certidão de óbito consta que Alina Paim faleceu às 10:13 da manhã do dia 28 de fevereiro de 2011. A autora morreu em sua casa em Mato Grosso do Sul. Certidão de Óbito de Alina Leite Paim, nº 062000155 2011 4 00108 22 0032362 27. Documento consultado no acervo particular do pesquisador Gilfrancisco.

silenciosamente, sem nenhuma nota de pesar nos jornais de grande circulação nacional, tampouco nos programas de televisão de grande audiência. Foi-se o a matéria, ficou o espírito, imortalizado em sua obra. No momento, queremos fazer jus à sua memória falando de um tema muito presente em suas narrativas e em sua trajetória política: a liberdade das mulheres. Falaremos sobre o tom feminista de sua literatura, mais especificamente do romance *A Sombra do Patriarca* (1950).

3. Autobiografia, ficção e feminismo em Alina Paim

A maioria de seus romances teve como protagonistas mulheres que questionavam as normas sociais estabelecidas. Dois deles circularam internacionalmente – *A Hora próxima*, publicado no Brasil em 1955, foi traduzido na Rússia em 1957 e na China em 1959. *Sol do Meio Dia*, de 1961, foi lançado na Bulgária em 1963 e na Alemanha em 1968. A autora foi duas vezes premiada. Em 1961 recebeu o prêmio *Manoel Antônio de Almeida* da Associação Brasileira do Livro, pelo romance *Sol do Meio Dia*; e em 1965 a trilogia de Catarina, composta pelos livros: *O sino e a Rosa*, *A chave do mundo* e *O Círculo*, foi agraciada com o *Especial Walmap*.

Arte e política se entrecruzam em sua militância. Os seus espaços de experiência – família, maternidade, escola, religião e militância política – se tornaram cenários para as suas invenções. Característica que já aparece em seu primeiro romance, *Estrada da Liberdade*, publicado em 1944. O enredo se desenvolve em um colégio interno de freiras e Marina, personagem principal, se opõe fortemente aos valores da educação religiosa e reivindica um mundo em que as mulheres tivessem mais liberdade. A trama do seu segundo romance, *Simão Dias* (1949), também acontece em um espaço bastante conhecido pela autora, a cidade de Simão Dias, onde Alina viveu grande parte de sua infância. Duas personagens femininas se destacam: Maria do Carmo – uma criança, e Luiza – mulher adulta; ambas insatisfeitas com o lugar tradicionalmente reservado às mulheres. *A Sombra do Patriarca*, escrito antes de *Simão Dias*, mas publicado um ano depois, também revela um ambiente familiar para a autora. Alina, assim como a personagem principal, era sobrinha de um latifundiário sergipano. A mesma regra é seguida em *Sol do Meio Dia*, que entre as suas personagens está uma jovem comunista

nordestina que, morando em uma pensão no Rio de Janeiro, vive os dilemas daquela realidade, além de se ver às voltas com o Partido Comunista quando defendia a liberdade das mulheres. Os romances que compõem a trilogia de Catarina seguem o roteiro ao narrar as experiências de uma menina criada em convento, tal qual Alina Paim. Ademais, evidencia o drama que Catarina enfrentou durante os nove anos tentando engravidar – o mesmo tempo esperado pela romancista.

O tom autobiográfico que os enredos assumem, certamente se relaciona, entre outras coisas, ao desejo da autora de expressar sua perspectiva feminista em forma de ficção. Sua experiência enquanto mulher, escritora e militante pecebista lhe rendeu bons voos criativos. Mas apesar das semelhanças, a vida das personagens e das autoras nunca se confundem. As personagens, provavelmente, representam desejos e aspirações da autora, que é livre para inventar e dar contornos a elas, sem necessariamente ser fiel à verdade do mundo das experiências vividas. Como evidencia Antônio Cândido (1976), as substâncias que compõem uma personagem não se relacionam diretamente com o mundo empírico, pois toda personagem de romance é um ser fictício.

A obra-de-arte literária é o lugar onde nos defrontamos com personagens de contornos bem definidos e definitivos na plena concreção do ser humano individual. No romance, as personagens vivem momentos supremos, perfeitos à sua maneira. Por outro lado, na vida empírica, no seu fluir cinzento e cotidiano, as pessoas “de carne e osso” não se apresentam de modo tão nítido e coerente, nem de forma tão transparente e seletiva (CÂNDIDO, 1976). Deste modo, o que nos interessa na obra de Alina Paim não é a transposição da realidade que ela possivelmente faz em suas narrativas, mas a forma como ela percebeu, selecionou e organizou determinados elementos da realidade, bem como o seu horizonte de expectativas.

Ao dar um tom autobiográfico em suas narrativas, entendemos que Alina Paim exerceu a chamada “escrita de si”, uma prática de liberdade em que, em algum grau, rompe-se com as práticas disciplinares. Na “escrita de si” há um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita. Neste processo, abre-se a possibilidade do devir, de ser outro. (RAGO, 2013). O romance torna-se uma forma privilegiada para este exercício,

já que é um tipo de escrita onde a autora, através das suas personagens, pôde experimentar a liberdade de ser outra, vivendo através delas em um mundo idealizado.

Portanto, ao mergulhamos na escrita literária de Alina Paim o fazemos com a consciência de que ela comunica verdades fugazes que escapam das descrições científicas da realidade. A obra de ficção triunfa por si mesma, não por seu testemunho sobre o mundo real. A comparação entre ambas as realidades é dispensável na avaliação sobre o valor artístico de um romance. “É seu intrínseco poder de persuasão, não seu interesse documental, que determina o valor artístico de uma obra de ficção” (LLOSA, 2004, p. 64).

Mas a literatura não é apenas um produto artístico, é também uma forma de interpretação da realidade, um meio de construção de saberes. Por isso, torna-se uma importante fonte de investigação histórica. Embora não represente um atestado que reproduz as experiências vividas, e nenhuma fonte é capaz de fazê-lo, a Literatura nos aproxima das agruras e desejos de uma época, dando brechas para pensarmos como os indivíduos transitaram entre o vivido e o imaginado, entre o que eram e o que desejavam ser. O romance não nos apresenta necessariamente fatos, mas o espírito de uma época. Neste sentido, as protagonistas feministas de Alina Paim materializam o mundo que ela desejava para as mulheres. Na década de 1940, através da ficção, Alina Paim desmontava castelos, denunciando que o casamento tradicional, tão romantizado pelas camadas médias, relegava às mulheres lugares de subalternidade.

Marcados pela polissemia que caracteriza a literatura, os romances de Alina Paim trazem diversos elementos para pensarmos a sociedade brasileira. Neles encontramos representações das desigualdades sociais que permeavam a sociedade brasileira, o debate sobre educação escolar e precariedade das escolas públicas, referências ao mundo rural e urbano, denúncia do racismo, além dos temas centrais que permeavam a política do PCB. Portanto, mais do que nos ajudar a pensar o debate feminista, Alina Paim nos aproxima da sociedade brasileira do tempo de suas narrativas.

4. Comunismo e feminismo em *A Sombra do Patriarca*

Mas, como dissemos linhas acima, aqui nos concentraremos em suas perspectivas feministas em *A Sombra do Patriarca*. O romance é narrado em primeira pessoa. É Raquel que nos conta o que viu e ouviu nos meses em que passou nas propriedades do tio. O enredo é simples, como se alguém tivesse falando livremente sobre as lembranças de uma viagem marcante. Há um movimento pendular, fatos aparecem soltos, depois, seguindo os rumos de uma conversa, são retomados para explicações. O tempo transita entre o passado recente, centrado apenas nas experiências da narradora nas propriedades do tio, e o futuro, quando Raquel revela seus sonhos e expectativas.

A narradora nos apresenta uma realidade profundamente desigual do interior do Nordeste, onde uns poucos usufruem de riqueza, conforto e poder, enquanto uma maioria trabalha e vive de forma miserável para manter os privilégios dos poderosos. Ela se opõe de forma contundente a este modelo de sociedade, e apresenta o seu mundo ideal, onde não existiria nenhum tipo de opressão. A trama tem um tom maniqueísta. Os personagens são divididos em dois grupos impermeáveis: os maus, ligados ao patriarca, representando a classe dominante; e os bons, ligados ao ideário comunista, com predisposição para se unirem na luta por um mundo em que as pessoas pudessem desfrutar de liberdade e felicidade.

O comunismo aparece como o único meio capaz de destruir as desigualdades sociais; contudo essa luta não seria orquestrada por homens, mas por mulheres. A classe trabalhadora conheceria dias de felicidade, mas o comando da luta imaginada por Alina Paim era das mulheres. As protagonistas, Raquel e Leonor, não eram da classe trabalhadora, mas suficientemente instruídas dentro do princípio comunista, capazes de juntas, com o apoio da juventude, “destruir os patriarcas e reduzir sua sombra a poucos palmos de seus pés”. “Leonor e eu éramos aliadas, tínhamos de unir-nos a vontade de escapar da sombra do patriarca, o desejo de quebrar essa sequência de orgulho e de submissão” (PAIM, 1950, p. 56).

Mas o enredo não se desenvolve no sentido da revolução social. O objetivo das protagonistas é, em longo prazo, destruir o poder de tio Ramiro. Metaforicamente, esta destruição simboliza a destruição do “regime semifeudal”, tal qual o PCB enxergava a sociedade brasileira no tempo da escrita. No romance, Raquel chega a indicar a

necessidade de levar o “progresso” para a região, leia-se, desenvolver as forças produtivas burguesas (industrialização e urbanização), para depois começar a implantar o mundo comunista no interior do Nordeste.

Embora as reflexões sobre o projeto socialista sejam constantes, no desenrolar da trama a intriga é se as protagonistas conseguirão salvar Oliveira, o pai de Leonor; homem de 42 anos de idade que passou grande parte de sua vida submetido à esposa e ao sogro, o patriarca. Oliveira tinha consciência do seu lugar de subserviência, mas lhe faltava coragem para romper com a lógica que lhe dominava. Sua filha Leonor encontrou em Raquel, que se apaixonou por Oliveira, a companheira ideal para salvá-lo. “Se Leonor estava disposta a arrebatá-lo das garras do tio Ramiro, precisava levar coragem em dose dupla, ao menos para sustentá-lo nos primeiros tempos” (PAIM, 1950, p. 60).

Ao construir um personagem masculino frágil e subserviente, a autora desconstrói subliminarmente a ideia de uma masculinidade naturalmente forte e corajosa. Quando coloca este homem submetido a uma mulher autoritária como pai – “Era da raça de tio Ramiro, em suas veias corria o sangue do patriarca” (PAIM, 1950, p. 112) – indica que o patriarca deformava a vida de homens e mulheres submetidos a ele. Sua sombra “além de dominar a família e as centenas de pessoas que lhe povoavam as terras [...] se estendia sobre a justiça e a religião” (PAIM, 1950, p. 258).

No romance, o patriarcado é representado como um sistema de opressão de classe, não de gênero. Tanto é assim que as duas personagens que assumem a linha de comando do sistema opressor é um homem – tio Ramiro, e uma mulher – sua filha Teresa. O patriarcado de Alina Paim se aproxima do que hoje chamamos de coronelismo. Tio Ramiro, tendo a filha como braço direito, encarna a figura do coronel: grande proprietário rural que controla as instituições – família, religião e política – para manutenção do seu poder econômico e político. A partir da década de 1970, no entanto, o conceito de patriarcado passou a ser “quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPH, 2009, p. 173).

Além do conceito de patriarcado, caro aos debates feministas atuais, Alina Paim traz outros elementos para pensarmos como ela incorporou o debate feminista em seu romance, nos permitindo repensar verdades cristalizadas sobre a ausência de uma prática

feminista entre as mulheres do PCB antes da década de 1970. O romance analisado, entre outras fontes, parece comprovar a hipótese de que, ao contrário do que frequentemente aparece na historiografia, as pecebistas estavam comprometidas com o feminismo, embora não se apropriassem desse nome. Em *A sombra do patriarca* o feminismo não aparece enquanto uma elaboração conceitual, como a autora o faz, de forma indireta, com o conceito de patriarcado. Isso tem a ver com as leituras elaboradas sobre o movimento que, à época, circulava e com a posição assumida pelo partido.

Neste sentido, em respeito ao tempo da autora, precisamos entender que ao pensar a obra de Alina Paim como feminista o fazemos a partir dos sentidos que a palavra tem no presente. Portanto, o ato de definir sua obra como feminista é nossa e não dela. O fazemos a fim de tornar a comunicação legível, bem como enfatizar que a história do conceito está imbricada à história social, tal qual proposto por Reinhart Koselleck (2006). Segundo o autor, as variações conceituais podem refletir os conflitos sociais e políticos dos diferentes contextos. Portanto, as palavras podem até permanecer as mesmas, mas não indicam necessariamente a permanência do mesmo conteúdo ou significado por ela designado.

Como ensina Sérgio Buarque de Holanda (2011), enjaular as palavras em significados estáticos e categorias rígidas e abstratas empobrece as análises historiográficas. Obviamente, precisamos nos preocupar com a terminologia, traçando sua precisão através da historicização da palavra ou do conceito, observando como adquirem sentidos distintos em diferentes épocas.

É talvez lastimável, mas é inevitável, a contingência em que nos vemos de ter de lidar sempre com vocábulos de sentido equívoco, ou sujeito a variações, mormente quando destacados do seu contexto originário. Digo inevitável, porque até agora não se descobriu o modo de evitar, e não só na História, a presença sempre incômoda dessas multivocidades [...]. A linguagem é radicalmente impotente para defender-se dos fatores que deslocam, a todo momento, no espaço e no tempo, as relações de significado e do significante, em consequência da arbitrariedade do signo (HOLLANDA, 2011, p. 422-423).

No Brasil, a noção de feminismo não ficou imune de deslocamentos. Se no início do século XX era lido como um movimento de mulheres liberais e de classe média, hoje entendemos por movimentos feministas todos aqueles que reconhecem que as mulheres são oprimidas e que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, se transformam. A partir desse reconhecimento, explicam a subordinação das mulheres localizando seus sentidos históricos, sociais e culturais (PEDRO; WOLFF, 2011). Desse modo, não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas. Se referem também às práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas que atuam com o objetivo de liberar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser construído pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade (RAGO, 2013).

Aqui não entraremos no mérito dos conflitos que permearam o conceito de feminismo ao longo da história, mais especificamente dos seus deslocamentos no Brasil. A ressalva foi feita para evidenciar que à palavra foram atribuídos diversos sentidos que variavam no tempo. Só assim compreendemos porque, no século XX, muitas mulheres não se identificavam como feministas mesmo mergulhadas até o último fio de cabelo na luta pela emancipação/libertação⁵ das mulheres, entre elas, Alina Paim.

No caso específico das pecebistas, a recusa em se assumirem feministas também tem relação o sentimento de pertença a um partido comunista. Antes da década de 1970, especialmente antes do golpe de 1964, as mulheres do PCB compartilhavam os valores defendidos pelo partido. Existia uma espécie de cultura comunista que, na definição de Pandolfi (1995, p. 35), significa “uma determinada visão de mundo, compartilhada por todos aqueles vinculados a uma tradição que se consolidou com a vitória da Revolução Russa de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implantado na URSS”.

⁵ Para nós, as noções de emancipação e libertação estão imbricadas. No entanto, para algumas autoras elas têm sentidos diferentes. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (1999), a noção de emancipação feminina geralmente está associada à busca de igualdade de direitos civis sem, necessariamente, questionar os valores masculinos. Já a ideia de libertação prescinde da igualdade para afirmar a diferença – “compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina” (TELES, 1999, p. 10). No entanto, é pertinente problematizar um pouco essa separação. Será que é possível lutar pela igualdade de direitos civis sem pôr em xeque questionar os valores culturais construídos pela lógica masculina?

Desse modo, embora algumas pecebistas tenham se dedicado à luta pela emancipação/libertação das mulheres, elas tiveram dificuldades em assumir outra identidade, que não a comunista. Portanto, a ausência do termo no romance só pode ser entendida quando a narrativa e o conceito são pensados de maneira contextualizada. O fato da expressão não compor o texto não significa que não podemos identificá-lo como feminista, na medida em que traz o debate sobre a necessidade de desconstrução das hierarquias de gênero que privilegiava os homens em detrimento das mulheres.

Em *A sombra do patriarca* Alina Paim traz personagens que enfatizam a necessidade de libertação do gênero, mesmo demarcando que o comunismo seria a única possibilidade para este fim. No enredo fica evidente que as mulheres orientariam os jovens a construir um mundo sem desigualdades. Nenhuma figura masculina aparece como protagonista, nem como alguém responsável pela orientação, cabendo às mulheres o protagonismo.

No percurso elas precisaria não temer “privações nem trabalhos para viver sempre de cabeça erguida” (PAIM, 1950, p. 256). Era preciso defender “sua independência para conservar o direito de dizer o que pensava” (PAIM, 1950, p. 256). Era fundamental que tivessem personalidade e que não se apagassem diante do marido. A narradora também se opõe, de forma explícita, às concepções de que as mulheres seriam naturalmente frágeis e incapazes para determinadas atividades, além de evidenciar como a educação atrofiava suas potencialidades. “A mulher pode competir com o homem e vencer em qualquer coisa para que tenha vocação. Pode ser médica, advogada e até engenheira, apesar das dúvidas de muitos homens sobre suas aptidões” (PAIM, 1950, p. 46)

[...] tem possibilidades iguais às do homem, a educação é que a atrofia, dando um valor exagerado a seus sentimentos e neutralizando suas energias intelectuais. Repete-lhe a todo instante que é a mais fraca e que sem uma vontade masculina ao seu lado, nada poderá fazer. (PAIM, 1950, p. 40).

As representações de Alina Paim, em parte, estão em sintonia com o debate feminista de meados da década de 1940. No período as mulheres viviam mudanças sociais importantes, apesar da resistência de uma ampla parcela da sociedade. Naquele contexto

já havia um forte movimento de mulheres por emancipação/libertação, organizado em diversos grupos. Parte destes grupos se reconhecia feminista, a exemplo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização cujo estudo pioneiro coube a Rachel Soihet (SOIHET, 1974). Outra parte, apesar de reivindicar mais liberdade para as mulheres não se assumia feminista, como foi o caso das mulheres comunistas.

Essa situação contribuiu para que se forjassem leituras historiográficas que ora sentenciam que o movimento feminista no Brasil teve início na década de 1970, ora dividem a história do movimento em fases que parecem não dialogar. Nesta leitura, a primeira onda feminista brasileira teria começado na década de 1920, durando até, aproximadamente, a década de 1940, enquanto a segunda teria se iniciado na década de 1970. Seus respectivos marcos finais são imprecisos, demonstrando que estas análises possuem pontos cegos.

Há ainda quem divida o movimento político em dois grupos: “movimento feminista” e “movimento de mulheres” (ou femininos), interpretação que também tem suas temeridades. Como observou Elisabeth Souza Lobo (2011), na década de 1980 as pesquisas sobre os “movimentos de mulheres” e os “movimentos feministas” enfrentavam dificuldades. A primeira delas relacionava-se ao próprio recorte que os separava, problema ainda recorrente. A segunda está no fato de que os estudos sobre os movimentos populares, embora amplos, frequentemente não se preocupavam em estabelecer recortes de gênero. Outro problema diz respeito à ausência de uma investigação acerca das relações entre os “movimentos populares de mulheres” e o “movimento feminista”. O problema também carece de solução.

Os romances de Alina Paim revelam como parte das mulheres do PCB estava comprometida com a causa feminista. Não por acaso, em *A Sombra do Patriarca* são as mulheres que comandarão a revolução social comunista. No romance, a compreensão do comunismo não era para todos, apenas para aqueles que quase naturalmente apresentassem uma insatisfação social, ainda que não fossem da classe trabalhadora, como era o caso de Raquel e Leonor. Mas ainda que apresente um brado feminista, sendo povoado por mulheres que destoam dos padrões do tempo da escrita, a narrativa reforça os valores culturais da época. A narrativa ficcional herda da vida suas ambiguidades.

Neste sentido, uma das suas personagens, Alzira, irmã do patriarca, é apresentada como uma mulher triste e deprimida por não ter casado; e não casou porque seu irmão proibiu o enlace pelo fato do noivo ser “filho de mulata”. Ao mesmo tempo, a narradora, no auge dos seus 25 anos se incomodava por ter chegado àquela idade sem ter namorado. O casamento está em seu horizonte de expectativas como uma necessidade inexorável. Mas para ela, diferente do casamento tradicional em que as mulheres deviam se submeter às vontades do marido, o matrimônio deveria se constituir em um “laço de camaradagem cimentado na união” (PAIM, 1950, p. 39). A ideia da união matrimonial como uma necessidade fundamental para as mulheres será reafirmada em outros romances, a exemplo de *Simão Dias* cuja heroína, livre da “escravidão afetiva”, sonha em encontrar alguém com quem possa construir o verdadeiro enlace. “Em seu projeto de felicidade havia lugar para o homem, desejo de um companheiro” (PAIM, 1949, p. 206), mesmo sabendo que não seria fácil encontrar alguém “que andasse lado a lado com ela, sem a tentação de adiantar-se no caminho para ser seguido [...] – na igualdade real entre homem e mulher” (PAIM, 1949, p. 206). Em *Sol do Meio Dia*, Ester, umas das figuras centrais do romance, é comunista. Mas, como mulher, precisava mais do que “Pão, Terra e Liberdade”, aspirava “Pão, Terra, **amor** e Liberdade” (PAIM, 1961, p. 33).

Para Ester, “tudo de que [as mulheres] precisavam [era] livrar-se do pão da piedade, pela conquista de uma profissão e de um mundo em que a condição da mulher não signifique trabalho mais explorado” (PAIM, 1961, p. 33) “Ela desejava “existir por conta própria e não sonhava ter dentro do lar a condição de sombra” (PAIM, 1961, p. 275), mas não abria mão de um companheiro que, de mãos dadas, enfrentariam o mundo. Osvaldo materializou a figura do parceiro ideal, espécie de príncipe encantado que “sabia aceitá-[la] sem indagações e censuras” (PAIM, 1961, p. 11).

5. Considerações finais

Por fim, para botar um ponto final em um debate que não se encerra nestas linhas, aqui nosso objetivo foi perceber como os romances de Alina Paim, especialmente *A Sombra do Patriarca*, abrem janelas que apresentam parte do debate feminista do período. Em suas narrativas, de modo especial em seus cinco primeiros livros (publicados de 1944

até 1961), podemos encontrar um feminismo interligado ao comunismo. Neste sentido, as mulheres só alcançariam a real liberdade quando a sociedade comunista fosse construída. No entanto, apesar dos limites, era possível adquirir algum tipo de autonomia dentro do “patriarcado”, que em *A Sombra do Patriarca* aparece como um sistema de opressão de classe, onde os coronéis detinham total controle sobre a vida daqueles que lhe cercavam, até aparecer as comunistas, que romperiam, junto com a juventude, com a “sequência de submissão”.

Pensar as conexões entre a ficção e a realidade, neste caso entre o romance e as práticas feministas, envolve, entre outras coisas, não esquecer que a vida da ficção organiza *uma* vida, a partir de uma ordem inalcançável para *a* vida, duas realidades anímicas que nunca podem ser reais ao mesmo tempo. (LLOSA, 2004). Assim, em linhas gerais, a análise dos romances de Alina Paim tem nos aproximado das experiências, mas principalmente das aspirações e idealizações, de uma mulher que viveu grande parte de sua militância antes da década de 1970, consagrada como a “década do feminismo”.

REFERÊNCIAS

◆ Fontes

A Casa. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 01 mai., 1950, p. 4.

A outra lição. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, fev., 1951, 4.

Conto de Alina Paim. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 01 ago., 1947.

Certidão de Óbito de Alina Leite Paim, nº 062000155 2011 4 00108 22 0032362 27.

Documento consultado no acervo particular do pesquisador Gilfrancisco.

HOMENAGEM do Partido Comunista do Brasil aos seus escritores e artistas. *Tribuna Popular*, 21 abr. 1946. p. 1.

Recrutamento para o Partido Comunista do Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícia Política; Série comunismo, notação 2-A, maço 03. fls. 104.

TEM nova diretoria a ABDE, *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 23. mar. 1947. p. 1.

PAIM, Alina. *Estrada da Liberdade*. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

- _____. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949.
- _____. *A sombra do patriarca*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1950.
- _____. *A hora próxima*. Rio de Janeiro: Vitória, 1955.
- _____. *Sol do meio dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961.
- _____. *O Sino e a rosa*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- _____. *A chave do mundo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- _____. *O círculo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.
- _____. *A correnteza*. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- _____. *A Sétima vez*. Aracaju: Fundesc, 1994.

◆ Bibliografia

- ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – seção Bahia (1942-1949)*. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.
- _____. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: História e historiografia. *Tempos Históricos*, v. 21, p. 107-140. Jun-dez, 2017.
- DELPH, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et aliae. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: Costa, Marcos (Org). *Escritos Coligidos - Livro II, 1950-1979*. São Paulo: Editora Unespe; Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. P. 419-435.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97-118.
- LLOSA, Mario Vargas. A verdade das mentiras. In: _____. *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004. p. 11-26.
- LOBO, Elisabeth Souza. Movimento e mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero da representação. In: _____. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Perseu Abramo, 2011. p. 263-275.
- MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRO, Joana maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 398-405, set.-dez., 2011.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *Entre a História e a liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001.

SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*. 1974. 88f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Nitetói, 1974.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.